

Aprovada na 832ª Sessão

ALADI/CR/Ata 830  
30 de abril de 2003  
Hora: 10h30m a 11h20m

ATA DA 830ª SESSÃO, ORDINÁRIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em Pauta.
  3. Consideração das atas correspondentes às 827ª, 828ª e 829ª Sessões.
  4. Apresentação do Estudo: "Levantamento Consolidado Comparativo das Normas Vigentes e dos Compromissos Assumidos no Transporte Rodoviário Regional de Cargas e Passageiros (ALADI/ SEC/Estudo 156).
  5. Outros Assuntos.
    - Participação do Secretário-Geral na Vigésima Segunda Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio, em Trujillo, Peru.
    - Designação do Presidente da Comissão de Orçamento.
-

Preside:

ARMANDO LOAIZA MARIACA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, María Elisa Rabello Maia e Luciano Mazza de Andrade (Brasil), Oscar Quina Truffa e Axel Cabrera (Chile), Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Julio Prado Espinosa (Equador), Jesús Puente Leyva e Cesár Manuel Remis Santos (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja, Nancy Doria de Guggiani e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Julio Giambruno, Miguel Pereira e Mariella Crosta (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela), e Yan Burlaiy (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

---

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

Dou início à 830ª Sessão do Comitê e quero cumprimentar-lhes, depois desta etapa de recesso que tivemos, pela Páscoa. Gostaria de começar nossa reunião com o primeiro ponto.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Pelo programa abre-se à consideração esta Ordem do Dia e, por isso, gostaria de saber se há alguma ressalva no tocante a esta agenda.

Se não há nada, assumirei que se deve aprová-la tal qual está estruturada no documento correspondente.

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, solicito que no ponto Outros Assuntos dêem-me a oportunidade de informar acerca de nossa participação na Vigésima Segunda Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio.

PRESIDENTE. Agradeço-lhe muitíssimo, senhor Secretário-Geral, porque este relatório de sua última visita à cidade de Trujillo, no Peru, é uma questão de especial relevância que nós consideramos pertinente escutar.

Então, aprovada a agenda, passamos a considerar o conjunto de Assuntos em Pauta.

## 2. Assuntos em Pauta

Vocês têm um documento em que se enumeram todos os assuntos de correspondência e de trâmites, que está no documento Assuntos em Pauta 830 do Comitê de Representantes, que resume toda a correspondência.

Neste sentido, ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Os assuntos em pauta, como foi indicado, estão no documento que sempre se entrega às Representações Permanentes e faz parte da presente ata.

“1. Representação Permanente do Uruguai. Nota Nº 181/03 de 23.III.03

Comunica que o senhor Julio Giambruno assumiu as funções como Representante Permanente do Uruguai junto à ALADI, a partir do dia 21 de abril de 2003.

2. Representação Permanente do Brasil. Nota Nº 46 de 25.III.03

Comunica a designação do senhor Conselheiro Vilmar Rogeiro Coutinho Júnior (sic).

3. Representação Permanente do Chile. Nota Nº 023/03 de 24.III.03

Comunica que a senhora Conselheira María Antonieta Jara Valderrama cessará suas funções a partir do 31 do corrente.

4. Representação Permanente da Colômbia. Nota Nº MPC.029 de 14.III.03

Comunica a designação da senhora Conselheira María Claudia Garavito Triana como Representante Alterno, a partir de 14 de fevereiro de 2003.

5. Representação Permanente de Colômbia. Nota Nº MPC.030 DE 14.III.03

Comunica a designação do senhor Xavier Valdivieso Nossa para participar das reuniões do Grupo de Trabalho da Associação como Representante dessa Missão Diplomática.

6. Representação Permanente da Argentina. Nota C.R. Nº 33/03 de 15.IV.03

Comunica a vigência dos Quadragésimo Primeiro e Quadragésimo Segundo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1605

7. Representação Permanente do Brasil. Nota Nº 53 de 4.IV.03

Comunica a vigência da Ata de Retificação do Sexagésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1599.

8. Representação Permanente do Brasil. Nota Nº 54 de 4.IV.03

Vigência do Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 39, assinado entre o Brasil e a Comunidade Andina.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1537.1

9. Representação Permanente do Brasil. Nota N° 59 de 25.IV.03

Comunica a vigência do Trigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 35 entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile.

Trâmite: Será publicado como documento ALADI/CR/di 1596.1

10. Representação Permanente do Chile. Nota N° 4783 de 12.III.03

Comunica a vigência do Acordo sobre o contrato de transporte e a responsabilidade civil do portador no transporte internacional de mercadorias por meios terrestres - (AAP.A14TM N°10)

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1584

11. Representação Permanente do Chile. Nota N° 024/03 de 24.III.03

Comunica a vigência do Vigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 16, assinado com a Argentina.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1593

12. Representação Permanente do Chile. Nota N° 032/03 de 11.IV.03

Notifica o cumprimento de requisitos para a incorporação do Vigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 16, assinado com a Argentina.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1604

13. Representação Permanente do Chile. Nota N° 033/03 de 21.IV.03

Notifica o cumprimento dos requisitos para a incorporação do Trigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 35, assinado com os Estados-Parte do MERCOSUL.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1606

14. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.043 de 21.IV.03

Comunica a vigência do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 49, assinado com Cuba.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1556.1

15. Representação Permanente do México. Nota N° 71/03 de 02.IV.03

Comunica a publicação do Decreto pelo qual entra em vigor o Acordo de Complementação Econômica Nº 53, assinado entre o Governo dos Estados Unidos Mexicanos e a República Federativa do Brasil.

Trâmite: Será publicado como documento ALADI/CR/di 1598

16. Representação Permanente do Paraguai. Nota RP/ALADI/4/028/03 de 19.III.03

Comunica a vigência do Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 36, do Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 30, do Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 18 e do Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 20.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1588

17. Representação Permanente do Paraguai. Nota RP/ALADI/4/032/03 de 25.III.03

Comunica a vigência do Trigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18, assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1592.

18. Representação Permanente do Uruguai. Nota nº 131/03 de 27.III.03

Informa a vigência do Trigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35, celebrado entre os Estados-Parte do MERCOSUL e a República do Chile.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1596.

19. Representação Permanente do Uruguai. Nota Nº 182/03 de 25.IV.03

Informa a vigência do Acordo de Complementação Econômica Nº 57 celebrado entre o Uruguai e a Argentina.

Trâmite: Será publicado como documento ALADI/CR/di 1607

20. Representação Permanente da Venezuela. Nota Nº A 041/03 de 31.III.03

Remete, em anexo, cópia da Resolução Nº 1.268, do Ministério de Finanças da Venezuela, pela qual se dispõe que a importação de artigos têxteis confeccionados, assim como de calçados e suas partes, somente poderão ingressar no país pelas aduanas principais: La Guaira, Aérea de Maiquetía, Puerto Cabello e San Antonio do Táchira.

Trâmite: Publicado como documento ALADI/CR/di 1597.

21. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Colômbia: Paga a contribuição referente a 2002, US\$ 142.800.46

Cuba: Paga a contribuição referente a 2003, US\$ 58.039.72 e os custos financeiros 2002 US\$ 1,28

México: Paga a contribuição referente a 2003, US\$ 844.231,96.

22. Convites recebidos:

Ministro das Relações Exteriores do Peru, Allan Wagner Tizón. Nota RE(SPT) N°7-10-N/2 Lima, 9 de abril de 2003.

Convida o Secretário-Geral a participar da XXII Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio (Trujillo, 24-25.IV.2003).

23. Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - Compensação Multilateral de Saldos: Terceiro quadrimestre de 2002 (Data de liquidação: 31/12/2002) (ALADI/SEC/di 1660.2)

24. Relatório sobre o comportamento do gasto orçamental (janeiro - fevereiro 2003) (ALADI/SEC/di 1739).

25. Relatório sobre a situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração em 28 de fevereiro de 2003 (ALADI/SEC/di 1740).

26. Relatório mensal sobre o comportamento do gasto orçamental (janeiro - março 2003) (ALADI/SEC/di 1744).

27. Relatório sobre a situação financeira da Associação em 31 de março de 2003 (ALADI/SEC/di 1745).

28. Relatório sobre o estado de execução orçamental dos sub-itens indicados no Artigo 4, letra e) das normas da Resolução 277, do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1746).

29. O tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias nas negociações da ALCA (ALADI/SEC/Estudo 154).

30. Levantamento consolidado comparativo das normas vigentes e dos compromissos assumidos no transporte rodoviário regional de cargas e passageiros (ALADI/SEC/Estudo 156).

31. Relatório de acompanhamento da entrada em vigor dos Acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 (ALADI/SEC/dt 420/Rev. 5).

32. Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Avaliação do funcionamento do Sistema de pagamentos no ano 2002 (ALADI/SEC/di 1742).

33. II Seminário-Oficina de Peritos Governamentais em Comércio Eletrônico (Economia Digital e Governo Digital) (ALADI/SEC/di 1748).

---

Nesta oportunidade, vale destacar os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, a nota enviada pela Representação do Brasil, pela qual comunica a designação do Conselheiro Vilmar Rogeiro Coutinho Júnior para essa Delegação Permanente. Damos as boas-vindas ao senhor Coutinho, por intermédio da Representação, e desejamos êxitos em suas atividades.

Igualmente, a Representação Permanente da Colômbia notificou-nos a designação da Conselheira María Claudia Garavito Triana, na qualidade de Representante Alternativo junto ao Comitê de Representantes, ficamos à espera da comemoração de praxe.

Além disso, a Representação Permanente do Chile comunicou-nos a cessação das funções da Conselheira María Antonieta Jara Valderrama, que entendemos já regressou a seu país e está exercendo suas funções na Chancelaria chilena. Pedimos, por favor, que lhe transmitam nossos desejos de êxito em suas novas atividades.

Igualmente, senhor Presidente, ainda que estas já sejam notícias velhas, mas é importante deixar registrado na Ata deste Comitê, refiro-me às contribuições ao Orçamento da Associação por parte da Colômbia, pelo montante de U\$ 142.800,46, a contribuição da República de Cuba, de U\$ 58.041,72, e do México, no valor de U\$ 844.231,96. Com isso, o México deixa pago praticamente o total de sua contribuição correspondente ao ano 2003, faltando um saldo muito pequeno.

Agradecemos a essas Representações pelo esforço e, por intermédio deles, às respectivas autoridades de seus países pela importante contribuição que fazem para, pelo menos, garantir o funcionamento, até agora normal da Associação.

Senhor Presidente, no dia de hoje também estamos colocando em circulação toda a documentação correspondente às informações orçamentais que, tradicionalmente, é colocada à disposição dos países que correspondem, e, sua ordem, ao comportamento do gasto janeiro – fevereiro de 2003, à situação financeira da Associação em 28 de fevereiro deste ano, ao relatório mensal do comportamento orçamental janeiro – março 2003, à situação financeira da Associação em 31 de março e, finalmente, ao estado de execução orçamental até o presente.

Por outro lado, cabe informar que estamos prontos para assinar dois Acordos de Cooperação: por um lado, com a Universidade de Playa Ancha, de Ciências da Comunicação, da República do Chile, universidade localizada na cidade de Valparaíso; e por outro, com a Universidade Politécnica de Valência, Espanha. Certamente, nos próximos dias teremos a oportunidade de participar de uma atividade de caráter acadêmico, que se levará a cabo aqui em Montevidéu, auspiciada por essa Universidade e a Câmara Uruguaio- Espanhola de Comércio, que tem sua sede aqui em Montevidéu e para a qual fui convidado como expositor.

Finalmente, senhor Presidente, após a publicação do documento Assuntos em pauta, chegou a nosso poder uma comunicação enviada pelo Embaixador Cristian Barros Melet, Ministro das Relações Exteriores Interino, pela qual responde à comunicação que enviamos, relativa à situação financeira da Associação. Nessa carta, O Embaixador Barros Melet comunica-nos que, devido a razões de caráter orçamentário, foi iniciado um processo de revisão e avaliação das quotas e contribuições de seu país aos organismos, fundos e programas internacionais, razão pela qual, uma vez concluído esse exercício e dependendo dos resultados do mesmo, o Governo do Chile, faria, então, a contribuição correspondente à Associação, de acordo com o orçamento previsto.

Isso é parte dos resultados da gestão que o próprio Comitê encarregou-nos de realizar e que nós o fizemos oportunamente.

Senhor Presidente, isso é tudo o que tínhamos a destacar com relação aos Assuntos em Pauta. Ficamos à disposição dos países para qualquer esclarecimento que considerem conveniente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço muito ao senhor Secretário-Geral pelas abrangentes, precisas e valiosas informações que nos forneceu.

Tem a palavra a Delegação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente.

É apenas que, vendo que o texto de Assuntos em Pauta não menciona a comunicação da Representação da Bolívia com relação à incorporação ao Ordenamento Jurídico da Bolívia do Acordo de Alcance Parcial para o fornecimento de gás da Bolívia ao Paraguai, gostaria de fazer notar que não está incluído, e que talvez possam divulgar uma revisão do mesmo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

3. Consideração das atas correspondentes às 827ª, 828ª e 829ª Sessões.

Devemos considerar agora as atas da 827ª, 828ª e 829ª Sessões deste Comitê, cujas cópias os senhores têm à vista. São atas bastante pontuais, as quais já revisei e sobre as quais quero saber se alguma Delegação tem alguma observação ou consideração a fazer.

Tem a palavra a Delegação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Para aprová-las com uma correção de estilo em uma ata, que faremos chegar à Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Então, as damos por aprovadas com essas correções.

4. Apresentação do Estudo: "Levantamento Consolidado Comparativo das Normas Vigentes e os Compromissos Assumidos no Transporte Rodoviário Regional de Cargas e Passageiros" (ALADI/SEC/Estudo 156).

Então, passaríamos ao ponto 4 de nossa agenda, relativo à apresentação do Estudo: "Levantamento Consolidado Comparativo das Normas Vigentes e os Compromissos Assumidos no Transporte Rodoviário Regional de Cargas e Passageiros", do qual os senhores têm uma cópia.

Não posso falar profundamente sobre ele, mas apenas do que observei diria que é mas uma das importantes contribuições técnicas muito qualificadas que nos apresenta a Secretaria e sobre seus conteúdos a própria Secretaria vai-nos fazer agora uma resenha, que nos será muito útil para abordar este importante Estudo.

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA (María Teresa Freddolino). Muito obrigada, senhor Presidente.

Nós temos sobre a mesa o documento 156, "Levantamento Consolidado Comparativo das Normas Vigentes e os Compromissos Assumidos no Transporte Rodoviário Regional de Cargas e Passageiros". Antes de passar a explicar a estrutura do documento, gostaríamos de fazer uma breve referência ao por quê do "consolidado" e ao significado e à importância para a região.

Quando entrou em vigor o ATIT, entre os anos 1990 e 1991, convidou-se os países do resto da América do Sul a aderir a este Acordo de Alcance Parcial. Por sua vez, o Pacto



Andino acercou-se do Cone Sul com um documento em que se busca uma harmonização das duas normas vigentes, as Decisões 257 e 258 da Junta de Cartagena e o ATIT.

Em novembro de 1991, decidiu-se a criação da “Conferência”, ao realizar-se em Lima, simultaneamente, a Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes do Cone Sul e a Reunião de Ministros dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas. Ambos os foros realizaram uma reunião conjunta, chamada “Reunião Inaugural da Conferência de Ministros”.

A Conferência tem vários objetivos, entre eles a análise de problemas globais de liberalização do transporte, o intercâmbio de informações para detectar restrições e solucionar dificuldades no transporte regional. Porém, vale destacar que, de forma paralela às outras atividades e desde o início, existiu a decisão política de buscar uma harmonização da norma vigente, encarregando esta tarefa a um Grupo de Trabalho *ad hoc*.

Com efeito, a Conferência decidiu, em sua Primeira Reunião, constituir (Res. 12 (I)) um Grupo de Trabalho coordenado pela Bolívia para realizar um estudo sobre a situação legal regional.

Na Segunda Reunião, recebeu o relatório em que se apresentaram duas alternativas, que também podem ser consideradas como duas etapas de um processo.

A primeira alternativa seria elaborar uma “articulação” normativa. Isto significa que as duas normas ficariam vigentes, mas se buscaria uma forma de funcionar harmonicamente, de maneira que o comércio não se visse restringido por regulamentações divergentes.

A outra alternativa seria baixar uma norma única, e, para tanto, o Grupo de Trabalho considerou que, antes da Conferência, se deveria fixar lineamentos e princípios políticos e jurídicos gerais.

Portanto, o Grupo informou que o que se podia fazer naquele momento era uma “articulação”, sem descartar que essa pudesse ser uma etapa para chegar a uma norma única, a Norma Comum Regional.

A Resolução 17 (II) da Conferência encarrega o Grupo de Trabalho da elaboração de uma proposta que permita a “articulação” da norma vigente.

Na Terceira Reunião, realizada em 1996, na sede da ALADI, Secretaria Permanente da Conferência, o Grupo de Trabalho, efetivamente apresentou um texto de “articulação” que foi aprovado por unanimidade pelos Ministros. A Reunião instou os países a internalizá-lo em seus ordenamentos jurídicos nacionais, já que a Conferência não tem competência para comprometer os países em nível internacional.

Entretanto, e ao mesmo tempo, a Conferência convidou os países que ainda não haviam aderido ao ATIT a fazê-lo. De fato, sendo este um Acordo de Alcance Parcial, os países do Acordo de Cartagena podiam incorporar-se em sua qualidade de membros da ALADI.

Quer dizer que, na Terceira Reunião, a Conferência praticamente ofereceu aos países as duas opções: aderir à ATIT ou incorporar o texto de “articulação”, elaborado pelo Grupo de Trabalho e aprovado pela Resolução 24 (III), a seus ordenamentos nacionais.

Após o ano 1996, houve duas reuniões da Conferência, mas nessas trataram-se apenas questões totalmente operacionais.

O Grupo de Trabalho realizou três reuniões mais, nas quais se materializaram alguns avanços importantes, mas a periodicidade de sua tarefa suspendeu-se simultaneamente com a suspensão da periodicidade das reuniões da Conferência de Ministros, a partir de 1998.

Até aqui, recordamos a evolução da harmonização da norma vigente.

Atualmente, a Secretaria-Geral da ALADI, na qualidade de Secretaria Técnica da Conferência de Ministros, e em cumprimento do mandato do Comitê de Representantes por meio do Programa de Atividades, retomou o tratamento do tema com a realização de Seminários-Oficinas.

Precisamente este documento que hoje se apresenta ao Comitê de Representantes, é resultado direto e específico do Seminário-Oficina de Peritos Governamentais, que se realizou no ano passado na Sede da Secretaria, considerando o manifestado por cada um dos delegados que se fizeram presentes naquela oportunidade. O conteúdo deste trabalho constitui um elemento básico para reiniciar os trabalhos sobre "harmonização".

Em novos foros, como o IIRSA, não normativos, mas operacionais, deu-se um novo impulso à infra-estrutura em matéria de transporte, energia e comunicações. Os países envolvidos também manifestaram interesse em fixar as regras que irão normatizar essa infra-estrutura, para o que a ALADI está em condições de oferecer um âmbito jurídico adequado e um importante caudal de informações, de antecedentes e de experiência.

Da análise do documento podemos concluir que é possível chegar a uma Norma Comum Regional, porque há suficientes e significativas coincidências em todos os temas e princípios.

Não é possível deixar de mencionar as divergências, que em alguns casos não são menores, e é aí que se deveria trabalhar com vistas ao desenvolvimento e eficiência do transporte regional.

O documento está dividido em 4 colunas:

Na primeira, apresenta-se o conteúdo da norma, nas outras três, transcreve-se essa norma para a Comunidade Andina de Nações, o MERCOSUL e o Cone Sul (ATIT).

Em relação ao conteúdo, distinguem-se 4 itens: princípios gerais (capítulo1), temas básicos (capítulo2) e princípios contidos nas normas internacionais (capítulo3). O último capítulo (capítulo IV) compreende as restrições e disfunções.

A forma do documento 156 responde a um pedido dos peritos do Seminário-Oficina, para que a informação fosse de fácil acesso e visualização e funcional em seu empreendimento final. Além disso, para facilitar a leitura destacou-se em negrito as diferenças, com uma síntese na primeira coluna.

Este documento, que hoje é recebido pelas Representações, terá de ser analisado nas capitais. Será, pois, necessário esperar a reação dos Governos para organizar um novo Seminário-Oficina, e, caso se mantenha a vontade política, retomar o caminho da harmonização.

Nós, como Secretaria-Geral, e tendo estudado o assunto, acreditamos realmente que a ALADI é o foro adequado para tratar este assunto e coincide com a posição que sempre mantiveram os Ministros dos Transportes. Sobre este ponto recordamos novamente que, na Conferência de Ministros dos Transporte, Comunicações e Obras Públicas, a Secretaria-Geral da ALADI era sua Secretaria Permanente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE. Eu falo pela Sala ao agradecer de maneira muito especial à Secretária-Geral Adjunta, María Teresa Freddolino, pela excelente apresentação que nos fez e gostaria de ver se, neste momento, há alguma consideração.

Passo a palavra ao Embaixador de México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, minha Representação insiste em que apresentações desta natureza se realizem quando seja possível, quando os alcances e significados dos Estudos desenvolvidos o tornem necessário, e desde já expressa seu reconhecimento, da mesma forma que o senhor o fez, ao trabalho que nos foi apresentado.

É um trabalho técnico de consolidação da informação. Eu faria, em primeiro lugar, uma observação de fundo, que é a de que, provavelmente, se não o fizesse a ALADI, esses trabalhos não seriam feitos em outras instâncias, então, é importante ter esse registro.

Em segundo lugar, eu gostaria de saber se o Estudo foi realizado com recursos próprios da Associação, em que medida requereu-se apoio e quais foram os custos para fazer esse trabalho. Digo-o porque também seria bom, ao escutar essas apresentações, saber que são um produto parcial, total ou não, do esforço e da capacidade de trabalho instalada dentro da Associação, com o que damos resposta a uma pergunta de nossos Governos que é insistente: até onde nos serve ou não nos serve a Associação? E fazemos uma reflexão permanente sobre isto, porque estamos em tempos em que esta pergunta é relevante: nos serve ou não? Qual é a relação custo/benefício? Para quê?

Então, estas informações, nós gostaríamos de tê-las neste caso e quando se apresente, em ocasiões posteriores também, em que medida o que se apresenta é um produto próprio do que hoje temos como acervo de trabalho na Associação e em que medida não o é. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Eu daria a palavra à Secretaria para que pudesse dar uma opinião sobre o importante assunto que o senhor apresentou. Obrigado.

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA (María Teresa Freddolino). Sim, este documento nós o fizemos aqui, com o pessoal da Secretaria, com base na documentação que já tínhamos e, além disso, tínhamos muitíssimos antecedentes, todos os da Conferência, assim que foi com recursos nossos.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

## 5. Outros Assuntos

Agora, entramos no ponto Outros Assuntos, dentro do qual, como nos anunciou o senhor Secretário-Geral, seria apresentada um resumo da importante participação que teve

na recente 22ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio, na cidade de Trujillo, Peru, entre 24 e 25 de abril, à qual assistiu como Representante da ALADI.

Senhor Secretário-Geral, o senhor tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Efetivamente, nas quinta- e sexta-feiras da semana passada, graças ao convite que nos foi feito oportunamente pelo senhor Chanceler Allan Wagner Tizón, e também graças às gestões realizadas pelo Embaixador William Belevan, pudemos participar da 22ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores, uma reunião ministerial ordinária para ser mais preciso, com o nome do Grupo do Rio, em cumprimento do acordado pelo mesmo Comitê.

Se bem não houve oportunidade para que se fizesse um foro aparte exclusivamente da ALADI, obviamente por razões da própria organização da reunião, nós tivemos, sim, a possibilidade de ter encontros de caráter bilateral com a imensa maioria das Delegações dos países-membros da ALADI presentes. Em alguns casos, para agradecer as contribuições que haviam realizado, mas na maior parte deles, obviamente, para tratar, por um lado, dos aspectos de caráter financeiro e, por outro lado, da situação dos trabalhos que estamos desenvolvendo na Associação e, em particular, do tema relativo à criação do espaço de livre-comércio entre os doze países-membros da Associação.

O resultado dessas consultas no plano bilateral foi que, em primeiro lugar, com relação ao tema de caráter financeiro, a imensa maioria dos senhores Chanceleres ou Vice-Chanceleres presentes estavam muito conscientes da difícil situação que está enfrentando a Associação. Situação que parece estender-se a, pelo menos, vários dos organismos latino-americanos, com exceção da Comunidade Andina que, graças a uma recente contribuição, justamente que acaba de fazer o Governo peruano, por meio de um crédito ponte com a Corporação Andina de Fomento, pode solver em grande medida a difícil situação financeira que estava vivendo esse organismo.

Obviamente, a imensa maioria dos Chanceleres ou Vice-Chanceleres presentes enviaram o assunto diretamente aos Ministérios de Economia e Finanças ou de Fazenda, segundo corresponda, e mais além desse tipo de comentários era difícil chegar a uma maior profundidade da temática na consideração dessa matéria.

Quanto à conformação do Espaço de Livre-Comércio, também tive oportunidade de falar com vários dos Ministros ou Vice-Ministros presentes e todos eles têm uma grande expectativa, esperando ver quais são os resultados a que se chegam nesta primeira rodada técnica que decidi realizar o Comitê de Representantes e em função disso, então, adotar as posições cabíveis, uma vez que haja algum resultado sobre o assunto.

Quero destacar que este tema poderia captar uma atenção muito maior no momento em que se discuta a Declaração Final de Presidentes, na Reunião-Cúpula que terá lugar nos dias 23 e 24 de maio, porque deve-se destacar que parte da agenda a ser considerada pelos Primeiros Mandatários participantes do Grupo do Rio refere-se à consideração de um documento que colocará em circulação nos próximos dias a Secretaria *Pro Tempore*, neste caso exercida pelo Governo do Peru, com vistas ao estabelecimento de uma agenda latino-americana, com um enfoque estratégico da inserção latino-americana no mundo e um dos pontos que se está considerando fazer parte desse documento é precisamente o livre-comércio.

Obviamente que no Grupo do Rio, por sua própria estrutura, na qual convergem não apenas onze dos países-membros da ALADI, mas ainda os países centro-americanos e uma Representação da Comunidade do Caribe, é um caldeirão de interesses, às vezes muitos deles encontrados, mas sem sombra de dúvidas, o maior peso têm justamente os onze países-membros da ALADI que participam desse Foro.

Lamentavelmente, o Foro está-se realizando em um momento de transição política para dois dos países-membros da Associação, e isso evidentemente se reflete na sua participação nas deliberações, mas que, sem dúvida, constituiria um elemento importante se houvesse algum tipo de menção ao tema que está considerando a Associação em matéria de livre-comércio, dentro do projeto de Declaração que proximamente será posto em circulação pelo Governo do Peru.

A agenda do Grupo do Rio contempla, além disso, dois temas muito importantes para o desenvolvimento das ações latino-americanas e caribenhas; um deles refere-se à governabilidade democrática e à participação dos partidos políticos e dos movimentos sociais, como bem disse a senhora Ministra das Relações Exteriores do Equador no transcurso das deliberações. E o outro tema que se relaciona mais diretamente às ações nossas refere-se aos mecanismos financeiros destinados a fortalecer a governabilidade democrática, e que sob essa figura o que pretende é estabelecer lineamentos de direção para a contabilização da dívida que se gere como consequência do desenvolvimento dos projetos de integração física previstos tanto no IIRSA como no plano Puebla–Panamá.

Sobre ambos os temas também houve amplas deliberações, praticamente cada um deles ocupou meio dia de trabalho, o primeiro dia, o financeiro, na tarde do primeiro dia, os aspectos relacionados com a governabilidade dos partidos e os movimentos sociais e, finalmente, o tema da agenda latino-americana, que foi produto de uma ampla deliberação por parte de todos os participantes.

Creio, senhor Presidente e senhores Representantes, que foi muito importante ter ido, a ALADI fazia muito tempo, e mais, no Grupo do Rio para o qual originalmente era convidada, não apenas a ALADI, mas também o SELA e o BID, haviam deixado de participar os organismos, depois de muito tempo os organismos voltaram a estar presentes a essas deliberações.

Se bem que o papel dos organismos como Observador passivo da reunião pode-se ver como marginal ou minimizado, também é muito importante para os representantes dos organismos saberem de antemão o pensamento de cada um dos países que participam dos respectivos foros.

Quero, ainda, destacar que o senhor Chanceler do Peru, nosso querido amigo Allan Wagner, permanentemente reconheceu e agradeceu a participação dos três organismos internacionais que estávamos representados nesse foro e não apenas agradeceu, mas também destacou permanentemente nossa participação.

Igualmente foi-nos solicitado que, juntamente com o SELA, preparássemos um documento relativo aos aspectos financeiros que já descrevi anteriormente e, nesse sentido, estamos em contato com a Secretaria Permanente, ainda que evidentemente, dada complexidade do tema, não será uma tarefa simples e factível no curto prazo, que impõe a realização da Cúpula, mas em todo caso, é importante destacar que, de acordo com o desenvolvimento das deliberações, na cidade de Trujillo, na semana passada, este tema permaneceria na agenda do Grupo do Rio para uma próxima reunião.

Quero, finalmente, senhor Presidente, agradecer e deixar constância na ata de nosso agradecimento ao Chanceler Wagner, não apenas pelo convite, mas pelo tratamento de que fomos objeto durante a reunião e os distintos atos que se celebraram colateralmente, e agradecer muito especialmente ao Embaixador William Belevan pelas excelentes gestões que realizou para que se concretizasse nossa participação no Grupo do Rio que, repito, creio que, se bem sejamos observadores passivos, como comentávamos com o Secretário-Geral da Comunidade Andina, também é verdade que é muito importante a presença da instituição neste tipo de foro.

Muitíssimo obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Eu agradeço de maneira muito especial, senhor Secretário-Geral, por seu excelente e abrangente relatório e, por minha vez, creio que posso dizer que a Associação, depois de escutá-lo, teve uma Representação muito digna e eloqüente com sua presença em um foro de coordenação superior de políticas, como é o Grupo do Rio.

Alguma Delegação tem algum ponto a considerar?

Ofereço a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Muito obrigado, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer o relatório do Secretário-Geral, o considero verdadeiramente muito positivo, e gostaria de recordar a todos os aqui presentes que, graças a Deus, a iniciativa que tomou esta Representação funcionou adequadamente e se bem, efetivamente, tenha tido uma participação passiva, tanto por parte da ALADI, como do SELA, como do BID, é um feito relevante, da maior importância, que uma vez mais esses organismos estejam presentes neste tipo de reuniões, e isto terá uma seqüela que é também importante para nós como ALADI.

Por isso é que me permito dizer que, em um momento determinado, nós consideramos que essa era uma excelente oportunidade, além dos contatos bilaterais realizados, para dar início a um processo de vinculação institucional entre a ALADI e este foro de consulta e coordenação política latino-americano. É por isso que insistimos em que esta idéia deve continuar.

Tive a oportunidade de conversar sobre esse assunto e receber contribuições da Secretaria *Pro Tempore*, que está nas mãos do Peru, e por isso posso dizer que a idéia é desenvolver esta vinculação. Ou seja, não se trata apenas de uma visita esporádica e que termina aí, mas levá-la mais adiante, com o propósito de estimular o apoio político necessário que nos permita fortalecer a nossa organização e, obviamente, o processo de integração regional.

Daí que, o passo seguinte, a que vamos diretamente, e para o qual dirigirei meus melhores esforços, é conseguir uma vinculação institucional, refiro-me à necessidade de chegar à concretização de um convênio entre a ALADI, o próprio SELA, o Grupo do Rio, de maneira que esses organismos que já existem e que têm obviamente uma burocracia muito eficiente, sejam de utilidade para este foro de concertação política que é o Grupo do Rio, e que comecem a trabalhar todos de maneira concatenada, coisa que lamentavelmente não tem acontecido nos últimos anos. Portanto, congratulo-me pela presença do senhor Secretário-Geral nesta reunião em Trujillo, e estou seguro que, na Cúpula, este assunto novamente será tratado.

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço mui especialmente seus comentários, senhor Embaixador do Peru.

Não sei se alguma outra Delegação quer acrescentar algo a respeito do relatório que nos apresentou o senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Não me estenderei sobre o que já foi dito, senhor Presidente, mas acompanhamos as expressões da Representação do Peru. Não há dúvida de que o Grupo do Rio está necessitando do apoio técnico das entidades e organismos de nossa região, apesar de que no Grupo do Rio estejam representados todos os países da região. Mas é, sem dúvida, a instância de concertação política mais relevante que há hoje na América Latina, e se a convergência do trabalho dos nossos organismos latino-americanos, de alguma maneira, e por solicitação do Grupo do Rio, chegam a funcionar como o apoio técnico que requerem, teremos avançado substantivamente, não há dúvida.

Por outro lado, senhor Presidente, a parte pragmática da presença do senhor Secretário-Geral da ALADI na reunião do Peru, foi tocar as fibras emocionais e institucionais daqueles ali reunidos para fazer saber que estamos com problemas sérios de financiamento. Gostaria que este assunto não ficasse para trás e, como o senhor é novo nesta Mesa, senhor Presidente, recordar-lhe-ei que, por decisão da própria Mesa, o Presidente da Comissão relativa ao financiamento foi o Presidente a que o senhor substituiu.

Independentemente de como resolvamos isto, porque não sei se o senhor Representante da Argentina dispõe de meios para resolver a situação, há que decidir, não entendo se acordamos algo a esse respeito, mas o que sim é importante é não deixar de lado o assunto, é urgente que se siga reunindo esta Comissão de Orçamento. Não tenho aqui o documento que nos fez chegar a Secretaria-Geral, mas entendo que já em junho teremos de “estar apagando incêndio”, como dizemos no México. Já em junho aparece um déficit e se as coisas não melhoram a partir de agora, devemos ver o que vamos fazer.

Eu gostaria de escutar, a esse respeito, a informação que nos possa dar a Secretaria-Geral em termos de o que é previsível ou se, em verdade, estamos frente ao imprevisível. Eu não gostaria que estivéssemos na situação angustiante em que estivemos nas semanas passadas e, quem sabe se, em todo caso, convocamos para uma reunião a Comissão de Orçamento, na qual não resolveremos problemas de muito curto prazo, mas sim talvez poderemos elaborar o que deveria ser uma apresentação do problema na reunião de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do México.

Sobre esse ponto que o senhor mencionou, dou a palavra à Representação da Argentina, que a solicitou.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, senhor Presidente.

Em realidade, é apenas para precisar algo. Naquela ocasião eu não presidia a Comissão de Orçamento, mas o que se havia concordado era que seria este âmbito, o do

Comitê de Representantes em si mesmo, que levaria adiante o assunto de análise da questão orçamentária, quer dizer que entendo que esta é uma responsabilidade que compete ao atual Presidente do Comitê.

Aproveito para mencionar que talvez fosse bom que tivéssemos algum tipo de reunião para definitivamente trabalhar sobre as Coordenações dos Grupos de Trabalho e da Presidência da Comissão, porque vimos dilatando o tratamento deste assunto. Em um dado momento, encontramos algumas dificuldades para a designação do Presidente da Comissão de Orçamento, mas, a partir de conversações informais, tenho a impressão de que já encontramos uma solução para o assunto; seria bom que esta solução ficasse formalizada e também que pudéssemos ratificar ou designar outra vez os Coordenadores dos diferentes Grupos de Trabalho para poder avançar na tarefa do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço ao senhor Embaixador da Argentina por sua intervenção.

Eu sugiro que, pela relevância que tem o assunto da Comissão de Orçamento e a consideração da situação financeira, tão delicada, que atravessa a Associação, consideremos duas alternativas, que em uma reunião agora, imediata, uma vez que tenhamos recebido o senhor Representante do Uruguai, ou que, eu mesmo, com a autorização dos senhores, obviamente, poderia convocar para a próxima semana uma reunião de Chefes de Representação para considerar de maneira específica e muito franca esta questão financeira, mas especialmente para a integração da designação do Presidente e dos Grupos de Trabalho. Aguardo a decisão dos senhores.

Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, eu creio que depois de todo o caminho que percorremos, estamos em condições, pelo menos, de resolver a Presidência da questão orçamentária imediatamente após a reunião para receber o novo Representante do Uruguai.

E talvez em alguma reunião de Mesa, pudéssemos trabalhar sobre a designação dos outros Grupos de Trabalho, porque já mais ou menos concordamos em conversas informais, me parece que seria uma solução eficiente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. Eu considero muito valiosa a sua opinião e a aceito também. Se não houver outra intervenção adicional que a aperfeiçoe, daríamos por concluída nossa Sessão Ordinária para passar, após breve intervalo, à Sessão Extraordinária, para receber o senhor Representante do Uruguai, após o que poderíamos abordar, como sugeriu, esta questão relativa à Comissão de Orçamento da Associação.

Então, sem outra intervenção, damos por concluída esta Sessão. Obrigado.